

“Medidas são inevitáveis para evitar um déficit de 6% do PIB”

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, reuniram-se ontem por quase três horas em cima dos orçamentos do setor público na tentativa de medir a dimensão do déficit e identificar as áreas de pressão. O almoço que teriam com o presidente José Sarney acabou não acontecendo “em razão da viagem que o presidente da República teve de fazer ao Rio de Janeiro”, conforme explicou Nóbrega, mas dentro de quinze dias a área econômica do governo espera ter traçadas as medidas de contenção dos gastos do setor público.

“O déficit está crescendo muito, a pressão vem de todos os lados, identificada tanto no orçamento da União, quanto a nível dos estados e municípios, do orçamento das estatais e do orçamento da Previdência Social e medidas são inevitáveis para evitar que o potencial de 6% do PIB se concretize”, disse Nóbrega ao deixar o gabinete do ministro-chefe da Seplan, adiantando que trabalha apenas com a orientação de “poupar o máximo possível os programas sociais”.

O aumento dos gastos bem acima da receita vem ocorrendo a despeito mesmo de todo o controle que a Seplan vem exercendo sobre o orçamento da União. “Até agora não deslançamos nenhum novo programa e também não autorizamos desembolsos nem para programas que estavam previstos”, informou Abreu.

Mesmo assim o Tesouro Nacional registrou em suas contas, no mês passado, uma insuficiência de recursos da ordem de CZ\$ 76 bi-

lhões. O peso das despesas esteve efetivamente concentrado em cima da folha salarial da administração pública.

Nóbrega voltou a negar mudanças na política salarial, mas tinha agendado, para a noite de ontem, um encontro com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que está encarregado de colher informações sobre o comportamento dos salários no setor público. “Um volume maior de informações é necessário para facilitar o trabalho do governo, aparelhar melhor o Conselho Interministerial de Salários das Estatais (CISE) e municiar o próprio Ministério do Trabalho no acompanhamento das disputas salariais, desenvolvidas na Justiça do Trabalho”, observou o ministro da Fazenda. Da reunião participaram também os ministros da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, e das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Mas a área econômica do governo mantém também um olho em cima do grau de endividamento do setor público e, conforme colocou o ministro-chefe da Seplan, “vamos defender até a morte o limite de 75% fixado para a rolagem da dívida externa dos estados, municípios e estatais”, prevenindo a aplicação do bloqueio do crédito para quem não se enquadrar dentro dos tetos. Não entrará na pauta de hoje do Conselho Monetário Nacional a apreciação de nenhuma medida voltada para um aperto da concessão de empréstimos ao setor público, segundo garantiu o ministro da Fazenda. Ele disse que o governo precisa ainda de algum tempo para fazer

uma avaliação final das contas públicas e não se quer precipitar.

“Isto ainda vai levar umas duas semanas e não queremos gerar expectativas agora”, disse ele. “Devemos evitar certas atitudes do passado, quando agimos muito por impulso de pânico e, muitas vezes, sem produzir resultado”.

Duas semanas são justamente o prazo estimado pelo ministro do Planejamento para que os orçamentos públicos de 1988 estejam revisados, contendo uma projeção de inflação mais elevada — de 260% — ante o nível de 120% embutido nos números aprovados no ano passado. E dentro desta revisão que os ajustes nos cortes serão feitos — “a revisão será feita dentro de um objetivo de política fiscal”, colocou Abreu —, a partir de um déficit público em torno de 4% do PIB.

O déficit público é hoje, na interpretação do ministro da Fazenda, “a raiz de todos os males, da explosão inflacionária, da estagnação econômica, da liquidez que circula sem rumo” e, tendo identificado nas elevadas despesas do setor público o ponto nevrálgico da situação econômica do País, Nóbrega vê com cautela a adoção de medidas em outras áreas que acabem mascarando o diagnóstico e tornando o quadro ainda mais confuso.

Por isso mesmo, tem dúvidas quanto à eficácia de qualquer alteração nos limites de recolhimento do compulsório sobre depósitos a vista. O BC, na tentativa de criar um fato para reverter a expectativa inflacionária, aprovou ontem, em reunião de diretoria, o aumento em 11% do compulsório sobre depósi-

tos a vista — hoje, o nível da taxa média é de 43% — por um período de tempo limitado de 60 a 90 dias, sujeito a um parecer final do ministro da Fazenda. Do ponto de vista prático, a medida poderia trazer o aumento nas taxas de juro de captação dos certificados de depósito bancário (CDB) — e isto, na visão do ministro da Fazenda, não seria interessante no momento: “O tiro poderia sair pela culatra”.

Na verdade, o ministro da Fazenda procura primeiro uma avaliação para saber se está havendo de fato excesso de liquidez no mercado. “Tudo indica que não, porque o dinheiro não está indo para o consumo nem para a formação de estoques”, observou ele, informando que ainda hoje deve realizar uma reunião com diretores do BC para examinar a questão da liquidez. O presidente do BC, Fernando Milliet de Oliveira, já estará de volta ao País. Ele saiu ontem de Nova York.